COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.738, DE 2003

“Regulamenta a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN para os profissionais da educação escolar, nos termos do Art. 206 da Constituição Federal.”

Autor: Deputado CARLOS ABICALIL

Relatora: Deputada GORETE PEREIRA

PARECER REFORMULADO

Em 02 de setembro de 2009, apresentamos o nosso parecer ao PL nº 2.738, de 2003, que concluía pela sua aprovação nos termos do substitutivo, fixando um piso nacional de salários para todos os profissionais do magistério da educação básica.

Tivemos, então, a oportunidade de discutir a proposta com o seu autor, nobre Deputado Carlos Abicalil, que argumentou e nos convenceu a alterar o voto anteriormente apresentado.

Na realidade, ao contrário do exposto em nosso parecer anterior, o piso salarial disposto no art. 206 da Constituição Federal não se confunde com o previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O primeiro não tem o caráter transitório do segundo, que somente é mantido enquanto perdurar o repasse de verba federal.

O piso que se pretende regulamentar em termos genéricos independe de repasse da União, não tem, portanto, a sua vigência limitada pelo art. 60 do ADCT.

Ademais, o piso previsto pelo art. 206, inciso VIII, da Constituição Federal, além de ter caráter permanente, engloba todos os profissionais da educação, de acordo, portanto, com o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), recentemente alterado pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.

As fontes de recursos para pagamento deste piso, outrossim, não estão vinculadas ao art. 60 do ADCT, mas sim ao art. 212 da Constituição Federal e aos arts. 69, 74 e 75 da LDB.

Por sua vez, a Lei nº 11.738/2008, mencionada em nosso parecer anterior, *“regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”*. Tem prazo de vigência e seus mecanismos estão vinculados ao repasse da União aos Estados, Municípios e Distrito Federal para composição dos fundos mencionados também no mesmo dispositivo constitucional.

Destaque-se, outrossim, que a constitucionalidade de alguns aspectos da mencionada lei estão em discussão no Supremo Tribunal Federal - STF, tendo sido concedida em parte a medida cautelar em ação direta de constitucionalidade (ADI 4167 MC/DF, Relator Min. Joaquim Barbosa).

A proposição em análise é, portanto, compatível com a lei vigente, que é específica ao regulamentar um dispositivo constitucional transitório.

Pode haver, ainda, dúvida sobre o âmbito de aplicação da norma federal, se atinge ou não os demais entes federados. No entanto, esse e os demais aspectos constitucionais do PL nº 2.738, de 2003, devem ser apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, competente para proferir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade das proposições, bem como sobre a técnica legislativa.

Cumpra a esta Comissão de mérito apreciar o aspecto trabalhista e administrativo da proposição, bem como a repercussão no serviço público.

Entendemos que fixar um piso nacional para os profissionais da educação escolar, além de garantir uma remuneração minimamente digna a essa categoria de servidores, resulta em segurança jurídica para a própria Administração, que já conhece o valor a ser gasto com o seu pessoal.

Deve ser sempre lembrado que os profissionais da área de educação são fundamentais para o desenvolvimento do país e merecem uma remuneração digna.

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do PL 2.738, de 2003.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2009.

Deputada GORETE PEREIRA
Relatora